

3

A gramática em questão: conceitos, história e ensino

./.../ uma coisa é saber a língua, isto é, dominar as habilidades de uso da língua em situações concretas de interação, entendendo e produzindo enunciados adequados aos diversos contextos, percebendo as dificuldades entre uma forma de expressão e outra. Outra coisa é saber analisar a língua, dominando conceitos e metalinguagens a partir dos quais se fala sobre a língua, se apresentam suas características estruturais e de uso. (Geraldi, 2002:89)

A linguagem está presente em toda parte, permeando nossos pensamentos, mediando nossas relações com os outros. Seu estudo tem uma longa trajetória, embora a ciência que se ocupa em estudá-la tenha se estruturado como área de conhecimento autônoma e independente apenas na metade do século XIX.

Nas sociedades primitivas, a inexistência de estudos lingüísticos é fato. À medida que as sociedades foram tornando-se mais complexas, surgiram condições favoráveis para o estudo da linguagem, sobretudo a partir da invenção da escrita – esta propiciou a percepção dos diferentes fenômenos lingüísticos.

A tradição gramatical no ocidente remonta aos gregos da Grécia Antiga e em virtude da “natureza filosófica” de seus estudos e da “força do Estudo do Certo e do Errado, nasceu na Grécia a gramática no sentido que mantém até hoje” (Suassuna, 2001:22).

Este capítulo será todo dedicado a questões que envolvem o termo gramática em todas as suas dimensões, ou seja, multiplicidade de conceitos, histórico, limitações.

3.1.

Os diferentes conceitos de gramática

Reconhece-se fundamentalmente três sentidos para o conceito de gramática (Travaglia, 2001e Possenti, 1996). O primeiro considera a gramática “um manual com regras de bom uso da língua”, isto é, trata-se de um compêndio com normas para falar e escrever corretamente. Tais normas advêm do uso que os escritores consagrados fazem da língua. Segundo nos aponta Britto (2000), este primeiro sentido para o termo gramática é “uma atualização do conceito de

gramática de Dionísio Trácio: ‘A arte da gramática (das Letras) é o trato das coisas ditas com mais freqüência nos poetas e prosadores.’” Sob esta perspectiva de gramática, a única variedade realmente válida é a norma culta ou padrão. As demais variedades lingüísticas são consideradas desvios da língua.

Esta primeira concepção para ‘gramática’ é a mais conhecida dos professores e dos alunos do Ensino Fundamental e Médio e a adotada pela maioria dos autores de gramática e de livros didáticos em língua portuguesa.

Esta conceituação está relacionada à gramática normativa, cujo interesse está direcionado, preferencialmente, à variedade escrita padrão (preocupação em como se deve falar e escrever).

Ao lado da descrição da norma ou variedade culta da língua (análise de estruturas, uma classificação de formas morfológicas e léxicas), a gramática normativa apresenta e dita normas de bem falar e escrever, normas para a **correta** utilização oral e escrita do idioma, prescreve o que se deve e o que não se deve usar na língua. Essa gramática considera apenas uma variedade da língua como válida, como sendo a língua verdadeira (Travaglia, 2001: 30).

O segundo conceito de gramática refere-se a “um conjunto de regras que o cientista encontra nos dados que analisa, à luz de determinada teoria e método” (Neder apud Travaglia, 2001: 27)

Nessa concepção, a preocupação do gramático é a de descrever a estrutura e o funcionamento da língua. Não há noção de certo e de errado, como na concepção anterior, porque é considerado gramatical tudo o que está em consonância com as regras de funcionamento da língua em qualquer uma de suas variantes – a noção de certo e de errado é substituída pela noção da diferença. As gramáticas descritivas, as quais adotam uma postura incluyente e não excludente, são as representantes desta segunda concepção.

Uma gramática descritiva é, em primeiro lugar, a DESCRIÇÃO de uma LÍNGUA da forma como ela é encontrada em amostras da fala e da escrita (em CORPUS do material e/ou extraídas dos FALANTES NATIVOS). /.../ Na tradição mais antiga, a abordagem “descritiva” se opunha à abordagem PRESCRITIVA de alguns gramáticos, que tentavam estabelecer REGRAS para o uso social ou ESTILISTICAMENTE correto da língua (Crystal, 2000:129).

A terceira concepção reconhece a gramática como sendo “o conjunto das regras que o falante de fato aprendeu e das quais lança mão ao falar” (Travaglia, 2001:28).

À essa concepção corresponde a gramática internalizada, ou seja, a competência internalizada do falante decorrente do desenvolvimento gradual das hipóteses que ele constrói sobre a língua, a partir de suas próprias atividades lingüísticas. Este sentido para o termo gramática foi introduzido por Noam Chomsky. Segundo suas próprias palavras, a gramática pode ser definida como um “conhecimento implícito sobre o que constitui a língua materna e como ela funciona” (apud Johnson & Johnson, 1998).

/.../ qualquer falante de português possui um conhecimento implícito altamente elaborado da língua, muito embora não seja capaz de explicitar esse conhecimento. E veremos que esse conhecimento não é fruto de instrução recebida na escola, mas foi adquirido de maneira tão natural e espontânea quanto a nossa habilidade de andar. Mesmo pessoas que nunca estudaram gramática chegam a um conhecimento implícito perfeitamente adequado da língua. São como pessoas que não conhecem a anatomia e a fisiologia das pernas, mas que andam, dançam, nadam e pedalam sem problemas (Perini, 2001:13).

Conforme Johnson & Johnson (1998) nos apresentam, o termo gramática é considerado protiforme, uma vez que comporta diferentes significados. Os autores ainda enfatizam que um mesmo falante pode usá-lo sob perspectivas diversas.

Perini, por exemplo, além de considerar a gramática um conhecimento internalizado da língua, utiliza o termo para designar uma área de conhecimento, bem como para se referir ao conjunto de regras. No segundo caso, o autor define a gramática como sendo “um disciplina ocupada, como as demais disciplinas científicas, em estudar um aspecto do mundo, a saber, a estrutura e o funcionamento das línguas” (2001: 78). Para ele, gramática também é “um conjunto de regras que definem as combinações possíveis dos elementos léxicos de uma língua, assim como sua interpretação semântica e sua pronúncia” (2000: 89).

3.2. Histórico da gramática no Ocidente

A gramática surgiu no mundo ocidental por volta do século V a. C. na Grécia como um apêndice da lógica. Durante este período, o mundo grego estava sob o domínio da Macedônia, cujo rei Alexandre não impediu que a forte influência cultural de seu império predominasse nos territórios por ele conquistados. Tal período é conhecido como época helenística, na qual a influência cultural grega se estendeu a toda região do Mediterrâneo Oriental e do Oriente Próximo.

Durante o império alexandrino, a língua grega tornou-se a ‘língua comum’ (koiné) de todas as regiões a ele subjugadas. Por estarem cientes de sua superioridade intelectual, os gregos não se interessaram pelas línguas dos povos com os quais mantiveram contato.

Os gregos não empreenderam um estudo mais aprofundado de sua língua. Sua preocupação residia em estudá-la sob uma perspectiva estética e filosófica. Suas discussões concentravam-se nas relações entre forma e significado das palavras (relação natural x relação arbitrária); natureza da linguagem (criação da natureza x resultado de uma convenção); analogia x anomalia dos fenômenos lingüísticos.

O estudo gramatical na Grécia Antiga é caracterizado por três períodos principais (Lobato, 1986):

- 1) período dos filósofos pré-socráticos e dos primeiros retóricos e de Sócrates, Platão e Aristóteles;
- 2) período dos estóicos;
- 3) período dos alexandrinos.

Conforme nos aponta Lobato (1986:78), “no primeiro período a língua não era uma preocupação independente, encontrando-se esparsa na obra de cada pensador do período.” No Crátilo, um dos mais importantes diálogos escritos por Platão, são tratadas questões lingüísticas direcionadas à origem da língua; à composição fonética das palavras, bem como suas estruturas etimológicas; à relação forma e significado das palavras e à motivação ou arbitrariedade do signo lingüístico. Entretanto, esta obra não chegou a se constituir em um compêndio gramatical.

Em posição oposta à de Platão – que defendia a “teoria da exatidão natural das palavras” (Leroy, 1967: 17) – Aristóteles foi partidário da tese convencional da linguagem e da relação arbitrária entre palavra e significado. Ele foi o primeiro a realizar uma análise mais apurada da estrutura lingüística. Embora concebesse a Gramática Geral como uma ramificação da Lógica Formal, empreendeu estudos sobre a teoria da frase, partes do discurso e categorias gramaticais, cujo vocabulário, a partir daí sistematizado, está presente em muitos estudos lingüísticos atuais.

Os estóicos foram os primeiros a reconhecerem a Lingüística como um ramo autônomo da Filosofia. Foram os precursores da idéia de que a língua é a expressão do pensamento, ou seja, ela é a chave para se entender a mente humana – podendo ser considerados como os precursores da Psicologia Cognitiva. Embora tenham se dedicado a questões de pronúncia e de etimologia, seus estudos gramaticais envolveram classes de palavras e paradigmas flexionais (Lobato, 1986). Lobato ressalta ainda o fato de que, mesmo os estóicos tendo se dedicado a questões gramaticais, eles não estavam:

interessados na língua em si mesma: como filósofos, a língua era para eles, antes de mais nada, a expressão do pensamento e dos sentimentos e é nessa perspectiva que era investigada. Essa é uma característica que os estóicos compartilharam com os estudiosos do período anterior: todos desenvolveram o estudo sobre a língua no âmbito de pesquisas filosóficas ou lógicas (Lobato, 1986:78).

Sua grande contribuição foi o estudo voltado para a dicotomia entre forma e significado, semelhante à distinção entre significante e significado que Saussure apresentaria tempos depois. Para os estóicos, o significado é construído através do conhecimento global que se tem da língua, já Saussure percebe o significado como uma representação mental (Pimenta-Bueno, 2002).

Os estóicos anomalistas legaram uma significativa contribuição à ciência lingüística, ou seja, sustentavam que não existia uma correspondência unívoca entre forma e significado. Assim, o significado das palavras, para eles, era sensível ao contexto.

Os estudiosos alexandrinos consideravam o estudo lingüístico como parte do estudo literário. Eram pragmáticos e empiristas e seu objetivo era educar os povos conquistados na língua e na cultura grega. Assumiram uma postura

normativo-purista, ao privilegiarem a língua escrita dos grandes escritores em detrimento dos demais usos da língua. Dividiam-se em duas posturas lingüísticas baseadas nas regularidades e irregularidades da língua:

- os analogistas privilegiaram as regularidades lingüísticas, adotando uma atitude normativa (preocupação em como a língua dever ser);
- os anomalistas reconheciam a existência de irregularidades e enfatizavam o uso efetivo da língua (preocupação em como a língua é).

Dionísio da Trácia (II a. C.) foi o verdadeiro organizador da arte da gramática na antigüidade. Com ele, tem-se a “primeira descrição ampla e sistemática publicada no mundo ocidental” de uma língua – o grego ático (Lyons apud Silva, 2000). Para ele, gramática era o conhecimento prático de uso da língua pelos poetas e escritores de prosa. Neste momento histórico, ela já era uma “disciplina independente da lógica e da filosofia” e um “saber empírico da linguagem dos poetas e dos prosadores” (Lyons apud Silva, 2000:18).

A gramática de Dionísio dava maior ênfase à flexão paradigmática das palavras gregas, enquanto que à sintaxe, pouca atenção foi dispensada. Tinha uma finalidade pedagógica: contemplação da literatura grega clássica. Foi referência de estudo no mundo de fala grega até o século XII, tendo sido traduzida para as línguas siríaca e armênia (séc. V) em versões até hoje existentes.

Os estudos realizados pelos alexandrinos marcaram profundamente o período helênico. A identificação das oito classes de palavras – nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção – bem como o reconhecimento de categorias gramaticais relacionadas às classes – caso, tempo, número, gênero, etc. – e os estudos de Dionísio da Trácia serviram de modelo para o estudo de outras línguas, tais como o latim.

Os gregos empreenderam estudos nas áreas da Etimologia (origem das palavras), da Fonética (pronúncia) e da Gramática (morfologia). Foram, no entanto, os estudos morfológicos que mais se notabilizaram.

Merece destaque o fato de que foi um gramático alexandrino, Apolônio Díscolo (séc. II a. C.) quem formulou a primeira teoria sintática ao estudar a língua grega. Seus estudos abrangeram questões de diacronia, estilística, ortografia, prosódia, dialetos, elementos e partes das orações. Contudo, sua importância na história da gramática ocidental deve-se ao tratamento dado à sintaxe, até então ausente nos trabalhos dos gramáticos alexandrinos. Seus estudos

sintáticos revelavam a influência dos trabalhos de Dionísio da Trácia e a influência mentalista dos estóicos. Tais estudos compreendiam diferentes níveis da língua – fonemas, sílabas, palavras – uma vez que consideravam “uma série de elementos relacionados” e “o conjunto de regras que regem a sintaxe dos elementos” (Neves, 2002: 63). Apolônio foi “o único gramático antigo que escreveu uma obra completa e independente sobre sintaxe”, segundo Neves (2002). Apolônio não empreendeu a elaboração de uma teoria da linguagem. Não foi partidário de nenhuma das correntes que investigavam a origem da linguagem e as relações entre esta e pensamento e nem tampouco procurou delimitar a natureza da gramática (arte x ciência).

Os estudos de Dionísio da Trácia e de Apolônio Discolo não só influenciaram significativamente o ensino do grego, como despertaram o interesse para o estudo dessa língua em momentos históricos posteriores.

Concluimos então que, ao longo dos séculos, a gramática tem sido vista de diferentes maneiras. Etimologicamente, gramática é um vocábulo grego que significa “a arte de escrever.” No Crátilo, com Platão, a gramática era definida como a *téchne* (arte), cuja função seria o de “regular a atribuição das letras na formação dos nomes” (Neves, 1987). Na época helenística, uma *grammatiké* seria um “exame dos textos escritos” com a finalidade de resguardar as obras que representavam o espírito grego, constituindo-se em uma disciplina de cunho didático. Ela é, então, definida por Dionísio da Trácia como *empeiriá* (conhecimento empírico).

Os filósofos não fizeram gramática, apenas criaram doutrinas, já que seus estudos não foram desenvolvidos de maneira autônoma e sistemática. Conforme nos atesta Neves (1987), apenas no período helenístico, com os gramáticos alexandrinos, a gramática tornou-se uma disciplina independente. Os filósofos gregos consideravam-na apenas um caminho para o desvendamento da atividade lingüística, enquanto que os filólogos alexandrinos, estudavam-na como um meio de se alcançar a disciplinação de seu uso.

Em suma:

- na filosofia grega: *grammatiké* é “um sistema regulador da interdependência dos elementos lingüísticos”;
- na cultura helenística: *grammatiké* é uma “regulamentação de um determinado uso da língua, num dado momento de sua história”;

- na ciência lingüística moderna: gramática é a “explicitação das regras que regem a Lingüística” (Neves, 2002).

3.3. A Gramática Tradicional

A gramática tradicional (II a. C.) foi criada com o objetivo de oferecer os padrões lingüísticos das obras de escritores tidos como consagrados. Limitou-se assim à língua escrita, mais precisamente à língua literária grega. Neste momento histórico, ela foi organizada para transmitir o ‘patrimônio literário grego’. A gramática de Dionísio da Trácia é uma obra representativa dos estudos gramaticais da Grécia Clássica e serviu de modelo para a tradição gramatical ocidental. Desenvolveu-se com o apoio das línguas grega e latina, sendo aplicada à descrição de diversas línguas.

Os gramáticos tradicionais se preocuparam mais ou menos exclusivamente com a linguagem literária, padrão; e tendiam a desconsiderar ou a condenar como “incorreto” o emprego de formas não consagradas ou coloquiais, tanto no falar como no escrever. Com frequência, deixavam de compreender que a linguagem padrão é, de um ponto de vista histórico, tão somente o dialeto regional ou social que adquiriu projeção, tornando-se o instrumento da administração, da educação e da literatura (Lyons, 1995: 21).

Os estudiosos alexandrinos estabeleceram o que foi chamado de ‘erro clássico’ na tradição gramatical, ou seja, privilegiaram a língua escrita dos grandes escritores, avaliando negativamente os demais usos. Concentraram seus estudos na linguagem escrita e ignoraram as diferenças existentes entre o falar e o escrever. A língua falada era vista por eles como uma “cópia imperfeita da linguagem escrita” (Lyons, 1995: 20). Embora tenham sido os alexandrinos os primeiros a estruturar o que veio a se chamar gramática tradicional, através dos trabalhos de Dionísio da Trácia e Apolônio Díscolo, não há como pensar nela sem considerar a reflexão lingüística ocorrida em Roma. Varrão (I séc. a. C.), discípulo dos gramáticos alexandrinos, aplicou a gramática grega ao latim. Propôs a gramática do latim padrão (posteriormente latim clássico), advogando que gramática é “a arte de escrever e falar corretamente e de compreender os poetas” (Silva, 2000:19). Seu modelo de gramática influenciou as gramáticas que vieram a existir posteriormente.

A morfologia, que é o cerne de sua obra, apresenta distinções fundamentais que perduram: entre palavras variáveis e invariáveis, estabelece categorias secundárias para analisar as partes do discurso, como a voz e o tempo para o verbo, e aplica o sistema de casos grego ao latim (Silva, 2000:19).

A gramática tradicional, na época de seu surgimento, tinha caráter especulativo e não se pautava pela exigência de comprovação empírica. De cunho preconceituoso, defendia a existência de línguas primitivas e de variedades lingüísticas melhores e mais puras do que outras: a língua literária clássica era a única variedade considerada realmente válida, sendo a modalidade escrita superior à modalidade oral.

A imposição de uma única variedade representa um mecanismo de desvalorização dos outros usos da língua e “sua noção de correção lingüística produz uma visão estreita e descontextualizada de norma lingüística e reforça a idéia de que falar corretamente é sinônimo de desenvolvimento coletivo e de sucesso individual” (Britto, 2000: 35).

3.3.1.

A gramática tradicional na atualidade

Ao avaliarmos a situação atual, poderemos concluir que ainda hoje a gramática tradicional manifesta tendenciosa preferência literária, reforçando o dialeto padrão e silenciando as demais variedades.

A gramática hoje denominada tradicional propõe-se a sistematizar as regras de uma língua e, por meio delas, ensinar essa língua aos falantes que já a dominam. Temos aí, pois, uma grande contradição: o que terá a gramática tradicional a ensinar aos falantes nativos de uma língua que já a manejam competentemente?

A resposta para tal indagação pode ser encontrada nas origens da gramática tradicional. Como já foi mencionado anteriormente, ao ser criada, sua finalidade residia no estabelecimento de regras para a língua escrita, baseadas no uso dos escritores consagrados, poetas e prosadores. O privilégio dado à língua escrita e à escolha de uma única variedade tida como a melhor são posturas herdadas dos gramáticos da Grécia Clássica. A variedade descrita na gramática está ligada a fatores históricos e sociais (cf. capítulo 6, item 6.1).

Conforme nos aponta Silva (2000: 15), as gramáticas tradicionais de hoje pendem para dois lados: “ou partem da apresentação das funções sintáticas, tratando em seguida das partes do discurso ou classes de palavras; ou partem destas para chegar às suas funções sintáticas. Essas duas direções já se delineavam no século V a. C., tendo predominado a segunda.”

Uma das falhas apontadas para a gramática tradicional é a sistematização dos fatos lingüísticos dissociados do uso concreto da língua. Ao ignorá-lo, outros aspectos também passam a ser desconsiderados: 1) as diferenças entre as modalidades oral e escrita; 2) a influência do contexto em condicionar o uso das variedades dialetais; 3) a interferência do ‘tempo’ no processo evolutivo da língua.

Suassuna (2001), ao salientar os problemas da gramática tradicional, dá relevo a algumas questões fundamentais e argumenta que a gramática tradicional:

- 1) apresenta “uma visão preconceituosa e purista da língua, expressa ora na censura a certos usos, ora na exclusão de determinadas construções”;
- 2) privilegia o “ensino de terminologias, de metalinguagem e não da língua propriamente dita”;
- 3) apresenta “definições precárias, circulares, pouco explícitas”;
- 4) privilegia a “análise pela análise, ou seja, não se discutem regras de construção”, levando o aluno “a reproduzir, quase nunca a sintetizar”;
- 5) adota uma abordagem de língua que não leva em conta os seus diferentes usos, bem como as situações concretas de interação;
- 6) apresenta a língua como um sistema estático, por desconsiderar as transformações por ela sofridas com o decorrer do tempo;
- 7) impõe uma única modalidade lingüística aos estudos gramaticais, ignorando a diversidade.

Ruwet (2001) é categórico ao afirmar que as gramáticas tradicionais são muito pouco explícitas e sistemáticas: tratam em diferentes capítulos de um mesmo fenômeno lingüístico; formulam regras, mas não se preocupam em tecer reflexões sobre elas; priorizam as exceções, não se detendo nas “regularidades profundas da linguagem a não ser por indicações esquemáticas (e dispersas) ou por exemplos”. Ele considera essas inobservâncias como um comportamento natural, uma vez que seu público-alvo são os falantes nativos de uma dada língua.

Mas por isso mesmo, segundo ele, as gramáticas tradicionais deveriam explicitar “a natureza própria da competência lingüística dos falantes” ao invés de ocultá-la.

Apesar das críticas à gramática tradicional, como também de propostas referentes ao ensino da língua que advogam pela necessidade de não se confundir ensino de língua materna com ensino de gramática, esta ainda é, na maioria das vezes, o único objeto de ensino em aulas de língua portuguesa. Tal postura pedagógica é reforçada por gramáticos contemporâneos, conhecidos de todos nós.

Cegalla (apud Britto, 2000) compara a gramática normativa a um manual de boas maneiras, considerando-a

um meio posto a nosso alcance para disciplinar a linguagem e atingir a forma ideal da expressão oral e escrita. E completa: “maldizer da Gramática seria tão desarrazoado quanto malsinar os compêndios de boas maneiras só porque preceituam as normas de polidez que todo civilizado deve acatar (Cegalla apud Britto, 2000: 38).

3.3.2

Da Gramática Tradicional para uma nova gramática do português

Embora a gramática tradicional seja fruto de um longo período de reflexão sobre a linguagem, seria interessante que não a tomássemos como a única variedade válida e correta. Ela ignora as variedades lingüísticas, os usos da linguagem e os processos de organização textual, como coerência e coesão. Além disso, as análises que propõe limitam-se à frase e partem de um princípio normativo (cf. capítulo 6, item 6.3).

Conseqüentemente, o ensino da gramática tradicional na escola privilegia a nomenclatura e a norma em detrimento da descrição; os conteúdos e as atividades giram em torno da modalidade escrita; confunde-se ensino de língua com o ensino da norma culta ideal.

A partir dos anos setenta, travou-se no Brasil uma discussão acerca da dificuldade dos alunos do ensino médio em ler e escrever corretamente, de maneira clara e articulada. Tal dificuldade era reconhecida, entre outros fatores, como sendo decorrente da falta de prática de produção de texto em sala, da influência dos meios de comunicação de massa e da descontextualização do

ensino. As propostas daí advindas giraram em torno da metodologia de ensino e da valorização da criatividade do aluno, pouco se atendo aos conteúdos.

No início dos anos oitenta, novas perspectivas foram abertas ao ensino de língua portuguesa no Brasil, em decorrência de estudos realizados em torno da variação lingüística e da psicolingüística, os quais se distanciavam da “tradição normativa e filológica” (PCNs –Língua Portuguesa, 1998:17). Houve a experimentação de novos modelos teóricos, expansão de bibliografia crítica e de cursos de pós-graduação, bem como a organização de encontros para o confronto e organização de idéias, etc.

Inúmeras críticas surgiram, neste período, contra o ensino da gramática tradicional, voltadas não só para aspectos teóricos quanto para aspectos metodológicos, a saber:

- indefinição quanto aos objetivos de ensino de gramática;
- crença na superioridade da norma culta;
- ênfase dada às regras de exceção com o conseqüente menosprezo pelas regularidades da língua;
- descontextualização e ausência de significado e de sistematização das atividades;
- lacuna entre a teoria gramatical e a prática da análise;
- análise lingüística com base na metalinguagem;
- não aproveitamento das contribuições da Lingüística contemporânea.

Duas décadas mais tarde, Perini (2000) – dentre outros autores, como Bagno (1999, 2001, 2002), Geraldi (1997, 2002), Possenti (1996, 2002a), reconheceu também a inadequação da gramática tradicional, no que tange ao seu caráter prescritivo, sua inconsistência teórica e a ênfase dada à variedade padrão escrita, em detrimento das demais variantes. “Os alunos tendem a desencantar-se de uma disciplina que só tem a oferecer-lhes um conjunto de afirmações aparentemente gratuitas e sem grande relação com fatos observáveis” (2000:5).

Note-se que a essência das críticas tem sido a mesma ao longo dos anos, embora sejam frutos de períodos históricos e cronológicos diferentes, com algumas décadas de intervalo.

Os críticos da década de oitenta apontavam dois caminhos para a superação dos problemas constatados na gramática tradicional: 1º) construção de uma gramática descritiva coerente ou adoção da gramática tradicional, porém explicitando suas limitações e incongruências; 2º) abandono do ensino da teoria

gramatical, “substituindo-o por atividades de leitura e produção de textos, articulando-as com exercícios de análise lingüística, de modo a perceber os variados recursos expressivos disponíveis e estabelecer as exigências formais do padrão escrito” (Britto, 2000:116).

Perini (2000), por sua vez, sugere a necessidade de se elaborar uma nova gramática do português, cuja teoria gramatical reflita uma análise coerente da estrutura da língua. A seu ver, uma gramática satisfatória seria aquela que se ocupasse prioritariamente da descrição das formas da língua (fonologia, morfologia, sintaxe) e com a explicitação do “relacionamento dessas formas com o significado que veiculam” (Perini, 2000:21). É importante ressaltar que ele deixa claro que nenhuma teoria da linguagem é capaz de abarcar todos os fenômenos lingüísticos, como acreditam os gramáticos tradicionais.

Ao contrário do que dizem esses, Perini defende a idéia de que não é preciso saber gramática para ler e escrever adequadamente. No entanto, reconhece a necessidade do ensino formal de gramática com base em dois fatores: 1º) *fator cultural*: embora não apresentando uma aplicabilidade prática, o conhecimento de determinadas questões gramaticais seria importante para a formação integral do cidadão, semelhantemente aos conteúdos de história, geografia, química, etc.; 2º) *fator de formação de habilidades*: o aprendizado da gramática pode contribuir para o desenvolvimento do raciocínio e da prática científica.

Perini insiste que:

Precisamos de melhores gramáticas: mais de acordo com a linguagem atual, preocupadas com a descrição da língua e não com receitas de como as pessoas deveriam falar e escrever. E, acima de tudo, precisamos de gramáticas que façam sentido, isto é, que tenham lógica. Que as definições sejam compreensíveis e que sejam respeitadas em todo o trabalho (2001: 56).

Os PCNs de Língua Portuguesa (1998:18) asseguram que, embora seja ainda perceptível

uma atitude corretiva e preconceituosa em relação às formas não canônicas de expressão lingüística, as propostas de transformação do ensino de Língua Portuguesa consolidaram-se em práticas de ensino que tanto do ponto de partida quanto o ponto de chegada é o uso da linguagem. Pode-se dizer que hoje é praticamente consensual que as práticas devem partir do uso possível aos alunos para permitir a

conquista de novas habilidades lingüísticas, particularmente daquelas associadas aos padrões da escrita.

Gostaria imensamente que este posicionamento proposto pelos PCNs correspondesse à realidade do ensino de língua materna na maioria de nossas escolas. Infelizmente, isto não tem ocorrido de maneira generalizada. Não podemos deixar de reconhecer que há professores que têm percebido a ineficácia do ensino baseado na gramática. No entanto, há muitos que defendem o estudo da gramática normativa como objeto em si mesmo. Ainda há aqueles que acreditam que é necessário saber a doutrina da gramática tradicional, assimilar suas regras e nomenclatura para falar e escrever bem, em decorrência de suas concepções de língua e de ensino de língua ou por exigência da instituição escolar (cf. capítulo 6, item 6.2).

Se o ensino pautado pela norma padrão apresenta limitações, é inconsistente e obsoleto em relação à realidade lingüística brasileira, como deve ser o ensino de língua portuguesa na escola? É o que discutiremos no capítulo seguinte.

